

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA -**
2 **CEAS/SC.** Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2018, na Secretaria de Estado de
3 Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 10º Reunião Plenária
4 Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC
5 do ano de dois mil e dezoito, gestão 2017-2019. A Reunião Plenária contou com a
6 presença dos(as) **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTE**
7 **REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheira
8 Titular Jadna Cristina Mendes Honório representante da Secretaria de Estado de
9 Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Paloma
10 Mariucci representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e
11 Habitação – SST; Conselheira Suplente Ketryn Fabiana Cidade representante da
12 Secretaria de Estado da Educação – SED. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E**
13 **SUPLENTE REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO**
14 **GOVERNAMENTAIS:** Conselheiro Titular Presidente Roque Heitor Gonçalves
15 representante dos Usuários; Conselheira Titular Nanci Cecília de Oliveira Veras
16 representante do Conselho Regional de Psicologia – CRP 12ª Região; Conselheira
17 Titular Maria Sonia de Pellegrin Warken representante da Sociedade Espírita de
18 Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE; Conselheira Titular Leonilda de
19 Lourdes Gonçalves representante da Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Titular
20 Cleide Terezinha de Oliveira representante do Conselho Regional de Serviço Social –
21 CRESS/SC 12ª Região; Conselheiro Titular Sidnei Pavesi representante da Federação
22 Catarinense de Entidades de e Para Cegos – FECEC. **Outros Participantes:** Janice
23 Merigo – FECAM; Ana Carolina Rosa Pires – Apoio CEAS/SC. Após levantamento e
24 confirmação do Quorum Regimental o Presidente Roque Heitor Gonçalves iniciou a
25 presente Reunião. **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE**
26 **2018:** De acordo com o Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência
27 Social – CEAS/SC, o Presidente Interino do Conselho, no uso de suas atribuições
28 regimentais, **convoca os Conselheiros Titulares e convida os Conselheiros**
29 **Suplentes** para a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 18/12/2018, terça-feira, com
30 início às 13h00min em primeira convocação e às 13h15min em segunda convocação,
31 com previsão de término para as 18h, na Sala de Reuniões Darci Ribeiro na Secretaria
32 de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST, na Avenida Mauro
33 Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, Fone: (48) 3664 0784, para deliberarem
34 sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Levantamento do Quorum Regimental; 2.**
35 **Aprovação das justificativas dos(as) Conselheiros(as) Ausentes; 3. Aprovação**
36 **da Ata da Reunião Plenária Ordinária do dia 20 de novembro 2018; 4. Leitura e**
37 **Aprovação da Ordem do dia; 5. Mudança de data da Plenária Ordinária**
38 **Descentralizada de Lages para o dia 16 de abril de 2019 e mudança da Plenária**
39 **Ordinária do mês de junho/2019 para o dia 04; 6. Minuta que aprova o**
40 **Diagnóstico Situacional referente às metas para o Estado no âmbito do Pacto de**
41 **Aprimoramento do SUAS; 7. Minuta que aprova a Comissão do Processo**
42 **Eleitoral da Sociedade Civil – Gestão 2019/2021; 8. Deliberação da participação**
43 **do CEAS na Roda de Conversa sobre Participação no SUAS – FMTSUAS**
44 **Palhoça; 9. Informes: a) Leitura da Carta do FONACEAS de Manaus e resultado**
45 **das oficinas; b) Retorno Reunião Regional do CNAS com CEAS região Sul e**
46 **Sudeste no RJ; c) Retorno Reunião CIB de dezembro/2018; d) Retorno da**
47 **Reunião Trimestral, Descentralizada e Ampliada do CNAS em Recife; e) Repasse**
48 **dos valores do Cofinanciamento Estadual aos Municípios; f) Mudança da Sede**
49 **da Secretaria Estadual de Assistência Social.** Seguindo a pauta, **Aprovação das**
50 **Justificativas dos Conselheiros Ausentes:** Conselheira Titular Sandra Regina da
51 Silva Coimbra representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho
52 e Habitação – SST; Conselheira Titular Emanuella de Oliveira Borges representante
53 da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST;
54 Conselheira Suplente Maristela Vieira representante do Conselho Regional de

55 Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 10; Conselheira Titular Gisleine Aver
56 representante da Secretaria de Justiça e Cidadania – SJC; Conselheira Titular
57 Francine Cardoso da Silva representante do Instituto Padre Vilson Groh; Conselheira
58 Titular Juçara Teixeira de Borba Scheffer representante da Secretaria de Estado da
59 Educação – SED; Magna Andréia de Paula Kochhan representante da Secretaria de
60 Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Márcia
61 Cristina Lamego representante do Instituto de Previdência do Estado de Santa
62 Catarina – IPREV; Conselheira Suplente Mariana Vidal representante da Secretaria de
63 Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Sandra
64 Regina da Silva Coimbra representante da Secretaria de Estado de Assistência Social,
65 Trabalho e Habitação – SST. **Justificativas aprovadas por unanimidade.** Seguindo
66 a pauta, **Aprovação da Ata da plenária ordinária de 20 de novembro de 2018:** A
67 Secretária Executiva Patrícia Gasparetto da Silva informa que encaminhou a Ata para
68 os Conselheiros para uma leitura prévia. Em regime de votação, **ata aprovada por**
69 **unanimidade. Leitura e Aprovação da Ordem do Dia:** Após algumas contribuições
70 ordem do dia aprovada da seguinte forma: **1- Levantamento do quórum Regimental;**
71 **2- Aprovação das Justificativas dos(as) Conselheiros(as) Ausentes; 3-**
72 **Aprovação da Ata da plenária ordinária de 20 de novembro de 2018; 4- Leitura e**
73 **Aprovação da Ordem do Dia; 5- Mudança de data da Plenária Ordinária**
74 **Descentralizada de Lages para 16 de abril de 2019 e mudança da Plenária**
75 **Ordinária do mês de junho para dia 04; 6- Reforma Administrativa; 7-**
76 **Deliberação sobre cancelamento do Evento “Construindo a Política dos Direitos**
77 **Humanos das Crianças, Adolescentes e o Plano dos Direitos Humanos de**
78 **Crianças e Adolescentes – 2019-2029; 8- MINUTA que aprova o Diagnóstico**
79 **Situacional referente às metas para o Estado no âmbito do Pacto de**
80 **Aprimoramento do SUAS; 9- MINUTA que aprova a Comissão do Processo**
81 **Eleitoral da Sociedade Civil gestão 2019/2021; 10- Deliberação sobre**
82 **participação do CEAS na Roda de Conversa sobre Participação no SUAS –**
83 **FMTSUAS Palhoça; 11- Deliberação sobre o Anteprojeto de Lei do FEAS; 12-**
84 **Momentos das Comissões; 13- Informes: a) Leitura da Carta do FONACEAS de**
85 **Manaus e resultado das oficinas; b) Retorno Reunião Regional do CNAS com**
86 **CEAS região Sul e Sudeste no RJ; c) Retorno Reunião CIB de dezembro; d)**
87 **Retorno da Reunião Trimestral, Descentralizada e Ampliada do CNAS em Recife;**
88 **e) Repasse dos valores do Confinanciamento Estadual aos municípios; f)**
89 **Mudança da sede da Secretaria Estadual de Assistência Social; g) Audiência**
90 **Publica sobre Imigrantes.** Seguindo a pauta, **Mudança de data da Plenária**
91 **Ordinária Descentralizada de Lages para o dia 16 de abril de 2019 e mudança da**
92 **Plenária Ordinária do mês de junho/2019 para o dia 04:** A SE Patrícia informa que
93 no Cronograma aprovado a Reunião Descentralizada em Lages está prevista para o
94 dia 19 de março de 2018, porém a Assembleia do processo eleitoral da sociedade civil
95 será realizada no dia 18 de março de 2019. Sendo assim, com as demandas da
96 Assembleia do processo eleitoral torna inviável uma viagem para Lages no dia
97 seguinte, considerando toda a logística da Secretaria Executiva do CEAS. A sugestão
98 é de que a Plenária descentralizada de Lages aconteça no dia 16 de abril de 2019.
99 Informa que devido o mandato da atual gestão se encerrar no dia 05 de junho de
100 2019, sugere alterar a data da Plenária de 18 de junho 2019 para o dia 04. Em regime
101 de votação, **alterações aprovadas por unanimidade.** Seguindo a pauta,
102 **Reestruturação do Governo de Estado:** A SE Patrícia informa que a Janice Merigo –
103 FECAM solicitou uma inclusão de pauta sobre a Reforma Administrativa proposta pelo
104 novo Governo que vai passar pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina –
105 ALESC. A Janice Merigo – FECAM informa que foi apresentada a reestruturação do
106 Governo de Estado e que a alteração da nomenclatura da Secretaria de Estado de
107 Assistência Social para Secretaria de Desenvolvimento Social chamou atenção. A
108 FECAM foi acionada pela Frente Parlamentar da Assistência Social que solicitou
109 manifestação em relação ao assunto para que fosse levado para Plenária da ALESC.

110 A FECAM elaborou um documento em conjunto com COEGEMAS onde levantaram
111 alguns itens, da estrutura que o Estado tem atualmente em relação a CRAS, CREAS,
112 abrigos, equipamentos, a questão da LOAS que menciona a Assistência Social como
113 Política Pública, a questão do comando único e mais alguns itens que pode repassar
114 para a Secretaria Executiva do CEAS. Solicitam que o CEAS também se manifeste em
115 relação a isso, no sentido de que eles mantenham ao menos a nomenclatura atual. O
116 Presidente Roque informa que participou da Reunião Trimestral, Descentralizada e
117 Ampliada do CNAS e solicitou a elaboração de um documento onde esclarece que
118 uma Secretaria de Esporte e Cultura não deve ser junto com a Assistência Social. A
119 Janice menciona que não está claro se dentro do desenvolvimento social vai ser uma
120 diretoria para cada pasta, ou uma só para todas. No documento consta como
121 justificativa a Constituição de 88, a questão do comando único conforme LOAS, a
122 própria LOAS explicando o que é a Política a Política de Assistência Social, apresenta
123 os equipamentos do SUAS em SC, explica o que é o SUAS. A Conselheira Nanci
124 menciona que é preocupante essa situação, que é importante que exista o diálogo
125 com todos os envolvidos, não somente com o Conselho, mas com os municípios e
126 questiona como ficará a questão dos recursos financeiros nessa reestruturação
127 administrativa. O Conselheiro Sidnei realiza uma reflexão acerca das possibilidades
128 que o Conselho tem, diante dessas propostas de um novo governo. A Conselheira
129 Cleide ressalta que é o momento de defender o comando único. Menciona que no
130 evento ocorrido na data de 17 de dezembro da SST junto com o MP, foi exposto muito
131 sobre amor ao próximo e apresentações religiosas, sendo que o Estado é laico e
132 ninguém trabalha por amor. Podemos trabalhar com amor, mas vendemos nossa força
133 de trabalho, trabalhamos por salário, esse discurso de amor e solidariedade acaba
134 descaracterizando a Política de Assistência como direito do sujeito. Houve um breve
135 debate sobre a reestruturação administrativa, diante disso os **encaminhamentos**
136 **aprovados por unanimidade:** 1. O Presidente Roque irá diretamente entrar em
137 contato com a Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação da
138 nova gestão, Maria Elisa Silveira de Caro para agendar uma Reunião. 2. Elaboração
139 de um Ofício para Frente Parlamentar de Assistência Social se manifestando em
140 relação a mudança de nomenclatura, defendendo o Comando Único ou que ao menos
141 permaneça do jeito que está. Encaminhar para a Deputada Luciane Carminatti da
142 Frente Parlamentar que já possui o documento da FECAM. **A Plenária abre um**
143 **espaço para o Luciano da Ação Social Arquidiocesana – ASA de Florianópolis**
144 **expôr sobre o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante:** Presidente
145 repassa a fala ao Luciano que informa que a ASA está na gestão do Centro de
146 Referência de atendimento ao Imigrante - CRAI, do qual é Coordenador. Em
147 novembro foi realizada uma Audiência Pública para debater a situação do Estado de
148 SC na questão imigratória. Existe um contrato de 760 mil reais para manter a estrutura
149 do local e manutenção e equipe técnica que atualmente são em 7 profissionais. O
150 centro foi inaugurado em fevereiro de 2018. Em fevereiro foram realizados cerca de
151 300 atendimentos e em outubro até 1.030/mês. De fevereiro a outubro foram
152 aproximadamente 47 nacionalidades atendidas. Explicou um pouco sobre os trâmites
153 que envolvem as demandas diárias dos atendimentos. Informa que um dos desafios
154 do Centro é ele ser o único equipamento do estado, vem buscando realizar
155 capacitações para gestores públicos. Um grande desafio é que como não conseguem
156 ter a abrangência estadual completa, existe dificuldade da inserção dos imigrantes no
157 mercado de trabalho. De forma geral, expõe algumas dificuldades e desafios do
158 Centro. Ressalta que atualmente existem quatro ações para tentar atender a atual
159 situação de imigrantes no Estado, principalmente os venezuelanos. Levanta a questão
160 da criação do Conselho estadual dos direitos dos imigrantes, que é uma demanda a
161 ser debatida. Ressalta que, mesmo existindo o convênio com o Estado, a questão
162 imigratória está muito a cargo da Sociedade Civil. Houve um breve debate acerca do
163 projeto que foi deliberado na reunião plenária do CEAS no mês de novembro. A
164 Conselheira Nanci Cecília de Oliveira Veras informa que esteve presente na audiência

165 pública sobre imigrantes, ressalta a importância de enxergar a imigração num contexto
166 político e social específico. Foi colocada em pauta a garantia da regulamentação das
167 documentações e das consequências da não garantia desses. A questão das pessoas
168 que querem se casar no civil e não estão conseguindo e as consequências que isso
169 tem tanto civil, quanto culturalmente na vida dessas pessoas. A questão do idioma, a
170 falta de acesso aos cursos de língua portuguesa. Existe uma série de profissionais
171 qualificados que não conseguem acessar determinados empregos, pois não tem seu
172 diploma regularizado no país para exercício legal da profissão. Existe a sociedade
173 civil, governo federal, estadual e municipal a frente dessas demandas. Identificam que
174 é necessário existir uma política efetiva e contínua para esse público, ressalta que não
175 há o controle social do que está sendo realizado pelas entidades/organizações, em
176 geral. Menciona que foi discutido sobre a questão do fortalecimento do CRAS.
177 Enquanto a Conselheira Nanci usava da fala, houve interferências externas na
178 reunião. A SE Patrícia informa que está acontecendo uma movimentação, de pessoas
179 solicitando para os servidores da SST irem para a reunião que está sendo realizada
180 referente a uma determinação judicial referente a interdição do prédio. Houve um
181 breve debate acerca dessa situação da SST referente ao prédio estar ou não
182 interditado, conforme determinação judicial. A SE Patrícia realiza a leitura da última
183 informação que obtiveram desse processo que fora entregue pela Servidora Letícia
184 Brás em mãos durante a reunião: *Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal*
185 *Regional do Trabalho da 12ª Região. 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis. ACC*
186 *0001318-28.2018.5.12.0034. Autor: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público*
187 *Estadual. Réu: Estado de Santa Catarina. Decisão: Vistos, etc. Requer o Estado de*
188 *Santa Catarina a reconsideração da decisão que deferiu, em parte, a antecipação dos*
189 *efeitos da tutela de mérito, e determinou "a interdição imediata das instalações da*
190 *sede da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa*
191 *Catarina, mantendo-se os servidores públicos e terceirizados que ali trabalham em*
192 *licença remunerada, sem prejuízo do pagamento de salários e demais benefícios, até*
193 *a efetivação da transferência dos serviços públicos da Secretaria referida para outro*
194 *imóvel, a ser definido por ato discricionário, que incumbirá ao gestor público do Estado*
195 *de Santa Catarina, no prazo de trinta dias, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00*
196 *até o cumprimento integral do comando decisório, limitada a R\$ 1.000.000,00.", ao*
197 *argumento de que firmou Acordo de Cooperação Técnica com a COHAB, formalizando*
198 *a transferência da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação*
199 *para outro imóvel. Em que pese a formalização das tratativas de transferência da sede*
200 *da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação para imóvel de*
201 *propriedade da COHAB, através do Termo de Cooperação Técnica nº 148/2018 (Id*
202 *b762c18), não foram expostos novos elementos, mormente quanto à segurança da*
203 *edificação da sede da Secretaria Estadual, que justifiquem a reconsideração da*
204 *decisão discutida, notadamente para cumprimento de prazo tão estabelecido (90 dias).*
205 *Destarte, mantenho a decisão Id 4859e3d por seus próprios e jurídicos fundamentos.*
206 *Intimem-se. Cumpra-se. Nada mais.* Diante dessa situação, o Presidente Roque
207 sugere apreciar a pauta da minuta que aprova o Diagnóstico Situacional para não
208 prejudicar os municípios e após isso encerrar a Reunião. **Em regime de votação,**
209 **sugestão aprovada com 01 voto contra da Conselheira Cleide Terezinha de**
210 **Oliveira** que justifica seu voto devido à determinação judicial que deveria estar sendo
211 cumprida. Dando sequência a pauta, **Minuta que aprova o Diagnóstico Situacional**
212 **referente às metas para o Estado no âmbito do Pacto de Aprimoramento do**
213 **SUAS:** A SE Patrícia realiza a leitura da minuta que aprova o Diagnóstico Situacional
214 referente às metas para o Estado no âmbito do Pacto de Aprimoramento do SUAS,
215 quadriênio de 2016 a 2019, conforme Resolução CIT nº 01/2017. **O Conselho**
216 **Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião**
217 **Plenária Ordinária de 18 de dezembro de 2018, no uso das competências e das**
218 **atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei**
219 **Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de**

220 2011 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a
221 organização da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de
222 Assistência Social CEAS/SC; **CONSIDERANDO** a Resolução nº 145, de 15 de outubro
223 de 2004, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a
224 qual institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; **CONSIDERANDO** a
225 Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma
226 Operacional Básica - NOB/SUAS, estabelecendo que o Pacto de Aprimoramento do
227 SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no
228 âmbito do SUAS, e induz o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas,
229 projetos e benefícios socioassistenciais; **CONSIDERANDO** o II Plano Decenal da
230 Assistência Social (2016/2026), aprovado pela Resolução nº 7, de 18 de maio de
231 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, importante instrumento de
232 planejamento previsto na Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS/2012, que
233 subsidia a construção do Pacto de Aprimoramento do SUAS; **CONSIDERANDO** a
234 Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nº 02 de 16/03/2017,
235 que aprovou o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para
236 o quadriênio de 2016 a 2019 no âmbito dos estados e Distrito Federal;
237 **CONSIDERANDO** o Ofício/CIB nº09/2018 que solicita apreciação e deliberação do
238 CEAS/SC sobre a Resolução CIB nº 07/2018 que dispõe sobre o Diagnóstico
239 Situacional referente às metas para o Estado no âmbito do Pacto de Aprimoramento
240 do SUAS no ano de 2018, conforme Resolução da CIT nº 01/2017; e
241 **CONSIDERANDO** a reunião da Comissão de Política da Assistência Social do CEAS,
242 realizada no dia 03 de dezembro de 2018. **RESOLVE:** Art. 1º Aprovar o Diagnóstico
243 Situacional referente às metas para o estado no âmbito do Pacto de Aprimoramento
244 do Sistema Único de Assistência Social no ano de 2018, para o quadriênio de 2016 a
245 2019, definidas na Resolução CIT nº 01 de 2017, elaborado pela Secretaria de Estado
246 de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. O Relatório descritivo das
247 atividades é parte integrante desta resolução. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na
248 data de sua publicação. **Em regime de votação, resolução aprovada com uma (01)**
249 **abstenção da Conselheira Cleide Terezinha de Oliveira.** O Presidente Roque
250 encerra a Reunião de hoje, conforme deliberado anteriormente pelo pleno, sendo
251 assim as próximas pautas serão apreciadas na próxima Reunião Plenária Ordinária.
252 Dando por encerrada a Reunião eu Patrícia Gasparetto da Silva, com o apoio de Ana
253 Carolina Rosa Pires, lavrei a presente ata.